

## Trabalho completo ABRAPSO

Analisando a produção da instituição “menino de rua”.

Fernanda Silva de Almeida, aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo ([fernandasalmeida@gmail.com](mailto:fernandasalmeida@gmail.com));

Elizabeth Maria Andrade Aragão, professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo ([baragao@terra.com.br](mailto:baragao@terra.com.br))

“Nas ruas e encruzilhadas nada é interminável, mas a vida pulsa e se faz ininterruptamente” (BAPTISTA, 1999, p.43 e 44).

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado ainda em andamento, cujo tema principal é a produção de modos de existência de meninos e meninas de rua que fazem uso das ruas do município de Vitória-ES para exercer atividades geradoras de renda e/ou obtenção de recursos materiais, atividades como trabalho e/ou mendicância e como local de moradia. Segundo Araújo (2007), a expressão “em situação de rua” é a mais aceita atualmente para se referir a crianças e adolescentes nesta situação.

Temos percebido que do ponto de vista do senso comum a definição de menino de rua está relacionada a toda criança que está nas ruas, trajando uma roupa identificada à miséria. Gregori (2000) afirma que da perspectiva dos especialistas, foi feito um recorte, estabelecendo uma diferenciação entre meninos *na* rua e meninos *de* rua (grifos da autora). Gregori sinaliza que em um encontro realizado em Bogotá, organizado pela Unicef em 1989, foi definido nos seguintes termos essa distinção: “menores *de* rua são crianças e adolescentes de até dezoito anos que habitam zonas urbanas; cujos vínculos familiares são debilitados; que desenvolvem habilidades e destrezas de sobrevivência; que tem na rua seu habitat principal, substituindo a família como fator essencial de crescimento e socialização; que estão expostos a riscos consideráveis e específicos. Menores *na* rua são crianças e adolescentes de até dezoito anos que mantêm vínculos familiares; que realizam atividades destinadas a garantir seu sustento; cujas atividades podem estar ou não incluídas na economia informal ou mesmo marginal; que se desenvolvem fora do núcleo familiar, na rua ou fora dela, onde passam parte ou todo seu tempo; que recebem ou não remuneração, em dinheiro, espécie ou serviço, e o que recebem pode ser para si, para seu grupo de referência ou para terceiros” (p.62).

A vontade de realizar este trabalho se deu a partir da minha inserção no *Projeto de Atendimento Social de Rua: crianças e adolescentes*, vinculado a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Vitória. O trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua no município teve início em 1994, com a criação do Projeto Cidadão Criança que, segundo Mateus (2003), foi considerado como a primeira ação pública integrada à proteção da infância e da adolescência pobres no município. Este projeto foi elaborado na conjuntura política da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (lei nº8069/1990) e tinha como objetivo principal “o resgate/promoção dessas crianças e adolescentes, na faixa etária de sete a dezessete anos e onze meses, que faziam das ruas da capital o seu lugar primário ou secundário de vivência”(MATEUS, 2003).

O Projeto Cidadão Criança, até 1999, era composto por duas frentes de trabalho: “o Projeto Abordagem de Rua, no qual ‘educadores sociais’ realizavam um mapeamento que dizia respeito a uma observação sistemática e não participante, em que eram registrados o número de crianças, a faixa etária e o sexo, as características físicas e psicológicas, os locais onde se

encontravam, seus horários e hábitos, onde dormiam, como se alimentavam, se existiam casos de alcoolismo e drogas, buscando assim a produção de um perfil da criança ou adolescente atendido, para efetuar sua retirada das ruas” (MATEUS, 2003). A denominação “educador social” surge com a Pedagogia Social de Rua, que segundo Graciani (2005) “é um trabalho, acima de tudo, de conquista e de afeto, que permitirá a permanência dos meninos pelo ‘desejo’ de pertencerem, de serem considerados, de serem ouvidos, de poderem expressar seus anseios e angústias”.

Mas, após toda essa identificação, o que fazer? A segunda frente de trabalho se chamava Projeto de Retaguardas, no qual deveria ocorrer uma interface com outros órgãos e/ou programas para que estas crianças e adolescentes abordados nas ruas, juntamente com suas famílias, pudessem ser acompanhados, fosse para a concessão de renda mínima e/ou encaminhamentos a programas de saúde, de esportes, entre outros.

Em 1999, o Projeto Cidadão Criança sofreu algumas modificações passando a se chamar Programa Rede Criança.

O Programa oficialmente possuía três linhas de ação fundamentais: a preventiva, através da organização das diversas entidades atuantes nos bairros ditos carentes para o enfrentamento do problema constituído pelas crianças e adolescentes de rua; a coordenação municipal, com a criação de um Fórum que pretendia coordenar e mesmo tentar otimizar as atividades do Judiciário, do Executivo e das entidades da sociedade civil; a participativa, por meio de uma campanha que dizia oferecer a toda população de Vitória a possibilidade de participação na solução do problema que fosse além da esmola oferecida nos sinais e calçadas da cidade (MATEUS, 2003).

Atualmente o Projeto Abordagem de Rua passou a se chamar Atendimento Social de Rua e tem como objetivo geral definido o de desenvolver trabalho sistêmico de monitoramento dos logradouros, praças e espaços públicos da cidade de Vitória, abordando e identificando crianças e adolescentes em situação de rua e a partir de intervenção psico-assistencial individual e familiar e através de ação integrada entre órgãos governamentais e não governamentais, propiciar a superação das situações de rua (ARAÚJO, 2007). O projeto é composto por quatro equipes que trabalham diretamente na abordagem compostas, cada uma, de um(a) assistente social, um(a) psicólogo(a) e um(a) estagiário(a). Essas equipes realizam o monitoramento do território, que consiste no trabalho do educador social circular em veículo pelos logradouros da cidade a procura de crianças e adolescentes em situação de rua. Quando crianças em situação de rua são avistadas o educador social pára o veículo próximo ao local onde a criança e/ou adolescente está, observa ao redor e vai ao encontro destes (ARAÚJO, 2007). O território é dividido em Centro (que comporta os bairros Enseada do Suá, Praia do Suá, Jucutuquara, Centro, Moscoso, Vila Rubim e Rodoviária) e Continente (que comporta os bairros Praia do Canto, Jardim da Penha, Mata da Praia, República e Jardim Camburi).

O projeto possui, ainda, o Centro de Atendimento Dia (CAD), onde os meninos e meninas podem permanecer no período da tarde, fazer oficinas<sup>1</sup>, tomar banho, lavar roupa e lanchar. No entanto, é necessário que se cumpram algumas regras para permanecer no espaço, como por exemplo, não estar portando nenhum tipo de droga. Além disso, eles recebem atendimento com psicólogos(as) e assistentes sociais. Estes profissionais também são responsáveis por fazer

---

<sup>1</sup> “As oficinas de atividades lúdicas, esportivas ou sócio-educativas, (...) inserem-se no trabalho de Atendimento Social de Rua como estratégias de aproximação, criação de vínculos, redução de danos, ocupação e desenvolvimento pessoal, social e terapêutico”. (ARAÚJO, 2007)

contato e posterior acompanhamento com os familiares destes (as) meninos (as) na tentativa de promover a “superação” da situação de rua (grifo nosso).

Os meninos e meninas que transitam pelas ruas da capital, além das definições existentes, foram subdivididos em categorias no sentido de “organizar” o trabalho dos educadores sociais. Dessa forma, eles foram classificados como:

- meninos (as) trabalhadores (as) que são aqueles que passam uma parte do dia na rua vendendo doces, vigiando carros, engraxando sapatos ou recolhendo papelões, mas que retornam todos os dias para casa e freqüentam regularmente a escola;

- meninos (as) pedintes que são aqueles que passam alguma parte do dia nas ruas, mendigando nos sinais ou nas portas de padarias e supermercados, possuem vínculo familiar e, em geral, freqüentam a escola;

- meninos (as) de rua são aqueles que dormem nas ruas, mendigando nos sinais, praticando pequenos furtos, com vínculo familiar supostamente inexistente, em sua maioria, usuários de drogas.

Este ultimo grupo é o que constitui o público atendido pelo CAD. Os demais são acompanhados, em geral, pela própria equipe de abordagem e pela rede sócio-assistencial.

Temos como objeto de estudo analisar o modo de existência dos meninos e meninas chamados “de rua”, segundo definição acima, a partir do espaço CAD. Utilizaremos como instrumento de análise os conceitos-ferramenta da Análise Institucional Francesa, formulada em meio as movimentações de 1968. “De maneira geral podemos situar como objeto da Análise Institucional a problemática social real, marcada pelas condições que vivem os atores sociais na sua prática social cotidiana [...]” (ARAGÃO, 1992, p.13). Dessa forma, entendemos que a Análise Institucional busca fazer sua intervenção a nível do vivido considerando que este nível pode ser fonte autêntica de conhecimento e de transformação social.

Os conceitos-ferramentas mais importantes da AI são, para este trabalho: instituição, analisador, transversalidade, implicação, dentre outros.

O conceito de “instituição” será entendido aqui como uma forma que produz e reproduz as relações sociais, que se instrumenta em estabelecimento e/ou dispositivos (ARAGÃO, 1992, P.13) e que permitirá uma análise que historicize as práticas dos atores sociais enquanto vinculadas às formas de subjetivação implementadas pela instituição capitalismo, tidas em geral com a-temporais e a-históricas. (ARAGÃO, 1992, p.16)

O conceito de “implicação” trata de vínculos afetivos, históricos e profissionais que o pesquisador expressa em seu trabalho. Em suas intervenções procura implicar-se com tudo que é produzido e vivenciado no campo de pesquisa e por isso mesmo a análise dessa implicação pode funcionar enquanto dispositivo disparador de análise da práxis institucional. (ARAGÃO, 1992, p.18)

“Esta idéia de implicação deriva na de transversalidade, já que indivíduos, grupos e organizações vinculam-se, de uma forma ou de outra, tanto com as instituições em análise, quanto com todo sistema institucional” (ARAGÃO, 1992, p.20). O conceito de transversalidade foi forjado por Félix Guattari e tende a se realizar quando corre uma comunicação máxima entre os diferentes níveis e, sobretudo, nos diferentes sentidos. (GUATTARI, 1972, p.111)

## A produção sócio-histórica das “classes perigosas”

*“Animal sem alma no tempo da colônia, nociva ao espírito frágil dos brancos no império, nos anos de liberdade dos sábios, classe perigosa” (BAPTISTA, 1999, p. 77)*

Ao recorrermos à história enquanto processo, percebemos que desde a transição do feudalismo para o capitalismo foi sendo criada uma diferenciação entre os que possuíam a propriedade e os que não a possuíam. Na Inglaterra do século XIX, no auge da Revolução Industrial, Guimarães (1981) destaca a produção de um exército industrial de reserva, segundo a acepção de Marx, que atingiu proporções extremas. Essa população foi denominada “classe perigosa” no sentido de um conjunto social formado à margem da sociedade civil.

“É que naquela época os proletários, mesmo trabalhando, na maioria das vezes, não estavam inscritos nas formas estáveis de emprego. Eles importavam à periferia das cidades industriais uma cultura de origem rural descontextualizada, percebida pelos urbanos como uma incultura, viviam na precariedade permanente do trabalho e do habitat, condições pouco propícias para estabelecer relações familiares estáveis e desenvolver costumes respeitáveis” (CASTEL, 2005, p.55, 56).

Guimarães (1981) ressalta ainda, que o primeiro registro no uso dessa expressão ocorreu em 1849 no título de uma obra de autoria de Mary Carpenter, escritora conhecida por seus trabalhos sobre matéria criminal. “Na conceituação de Mary Carpenter, as classes perigosas eram formadas pelas pessoas que houvessem passado pela prisão ou as que, por elas não tendo passado, já vivessem notoriamente na pilhagem e que se tivessem convencido de que poderiam, para o seu sustento e o de sua família, ganhar mais praticando furtos do que trabalhando” (GUIMARÃES, 1981, p.01).

Hoje o termo “classes perigosas” está diretamente veiculado a classe pobre, geralmente negra e moradora das periferias das grandes cidades brasileiras. Castel, em seu livro “*A insegurança social: o que é ser protegido?*” (2005), dentre outras coisas, procura entender o caráter paradigmático do “problema das periferias” em relação à temática atual da insegurança (grifo do autor). Segundo este autor,

“[...] os ‘bairros sensíveis’ acumulam os principais fatores de insegurização: altas taxas de desemprego, empregos precários e atividades marginais, habitat degradado, urbanismo sem alma, promiscuidade entre grupos de origem étnica diferente, presença permanente de jovens ociosos que parecem exibir inutilidade social, visibilidade de práticas delinquentes ligadas ao tráfico de drogas e receptações, frequência das ‘incivilidades’, dos momentos de tensão e de agitação dos conflitos com as ‘forças da ordem’, etc” (CASTEL, 2005, p.55).

Ele continua afirmando que “a encenação da situação das periferias como abcesso de fixação de insegurança para o qual colaboram o poder político, as mídias e uma grande parte da opinião, é de alguma forma o *retorno das classes perigosas*, isto é, a cristalização em grupos particulares, situados às margens, de tudo o que uma sociedade traz de ameaças” (CASTEL, 2005, p.55).

No entanto, Guimarães afirma através de um trabalho escrito por ele em 1953, chamado “*As favelas e o recenseamento de 1950*”, que as características econômicas dos habitantes presentes nas 58 favelas observadas através do censo Demográfico de 1950, no Distrito Federal, demonstraram que ali se encontrava uma população ativa, predominantemente trabalhadora, ligada através de ocupações diversas aos principais ramos de atividade econômica local (GUIMARÃES, 1981, p.9).

Através dessa relação direta que tem sido feita entre pobreza e perigo, tem-se espalhado a sensação de perigo por toda parte, ou o que Castel chama de insegurança social. Segundo Lavrador (2004, p.122) essa sensação de que o perigo está espalhado por toda parte fortalece o exercício do biopoder e de seus excessos. O biopoder se exerce no sentido de fazer viver ou deixar morrer e todos querem garantir a própria vida, mesmo que isso implique a morte de outros. Importante ressaltar que tirar a vida não é só matar, mas é também “multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (FOUCAULT, 1999, p.306).

Crianças, jovens e adultos de periferias das grandes cidades encontram dificuldades ao buscarem sua inserção no mercado de trabalho capitalista, na busca de ensino de qualidade, de um emprego formal, com garantias previdenciárias, etc. E muitas vezes encontram nas ruas dos grandes centros, o meio de sobreviver, seja no trabalho informal como camelôs, seja trabalhando como catador de materiais recicláveis, onde precisam mexer nos lixos dos bonitos edifícios dos bairros nobres da cidade atrás de papelão, garrafas pet, etc. E podem, ainda, atuar como pedintes em portas de padarias, supermercados, praças públicas.

Segundo Santos (2000), numa cidade que hostiliza as classes populares, o roubo, o furto, a prostituição e a mendicância podem se tornar instrumentos pelos quais crianças e adolescentes provêm a própria sobrevivência e a de suas famílias. Atualmente percebemos, ainda, o tráfico de drogas como um importante meio de sobrevivência para essas famílias.

O desenvolvimento da indústria e do comércio, no final do século XIX, somado ao discurso médico-higienista da época, descrevem os locais públicos como “‘a grande escola do mal’, onde estariam os ‘menores’, a infância perigosa – aquela que já delinqüiu – e a infância em perigo, porque pobre e convivendo com esses elementos criminosos, degenerados e irrecuperáveis que aí também habitariam” (grifos da autora) (COIMBRA, 2001, p.92).

Segundo Gregori (2000), “a rua, expressão simbólica e material da urbanidade recentemente adensada, preocupava parte considerável da sociedade letrada brasileira, sobretudo médico e juristas, na passagem do século XIX para o século XX” (p.57). “Nossos personagens psicanalistas que opinam sobre suicídios, religião, preconceito e tudo o mais; nossos personagens do capital que representam o texto do déspota invisível, olham com desprezo os becos, as ruas, as encruzilhadas” (BAPTISTA, 1999, p.43).

Ao sinalizarmos todo este contexto histórico na produção da pobreza e desta enquanto classe perigosa, pretendemos resgatar histórias de vida de meninos e meninas de rua no sentido de marcar as condições que vivem estes atores sociais na sua prática social cotidiana, considerando essa prática como uma fonte autêntica de conhecimento.

Dessa forma, afirmamos uma prática em pesquisa que busca fugir da procura de preconceitos a procura de pequenas narrações que descongelem “[...] imagens de diferenças colocadas no vidro de telas, transformando-as em algo provido de corpo, de marcas de existência tecidas pelo tempo, lentas, sem pressa, fazendo o pensamento mover-se, sair da banalidade e de si mesmo” (BAPTISTA, 1999, p. 127). Buscamos, como continua Baptista, “impressões digitais que não registrem identidades ou naturezas, mas a narração de histórias com intensidades e nuances diferentes, semelhante a uma obra de arte, a um conto não finalizado, a um sentido do humano baseado no fazer (p.102).

Estamos guiando nosso olhar de pesquisador através da metodologia da pesquisa-intervenção, por acreditarmos numa outra relação entre teoria e prática, assim como entre sujeito e objeto.

Entendemos que teoria e prática andam de mãos dadas e que não tem como ser neutro na relação pesquisador-pesquisado.

“Na pesquisa-intervenção, a relação pesquisador/objeto pesquisado é dinâmica e determinará os próprios caminhos da pesquisa, sendo uma produção do grupo envolvido. Pesquisa é, assim, ação, construção, transformação coletiva, análise das forças sócio-históricas e políticas que atuam nas situações e nas próprias implicações, inclusive dos referenciais em análise” (ROCHA E AGUIAR, 2003, p.11).

Pretendemos, assim como Andrade (1999), avaliar o conhecimento a partir da vida, em toda sua complexidade, sem eliminar o aleatório que se faz presente em todo momento, gerador de transformações e novas criações. Sair do mesmo, nos debruçar na produção de diferença.

Produzir diferença na forma como se olha um menino de rua, na forma como se olha a pobreza. Fazer ver que apesar de todo processo sócio-histórico de exclusão/marginalização sofrido por esses meninos e meninas, ainda é possível despertar forças de reinvenção de suas formas de existência, produzindo novas formas de ser e estar na vida.

## REFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, A. N. de. **Avaliação genealógica.** (In) Menandro, P. R.; Trindade, Z.; Borloti, E. (Org.). Pesquisa em Psicologia. 1 ed. Vitória: PROIN-CAPES, 1999, v. 1, p. 89-104.
- ARAGÃO, E. M. A. **A análise institucional na educação: uma intervenção numa escola de 1º grau.** Dissertação de Mestrado orientada por Denise Meyrelles de Jesus. Programa de Pós-graduação da Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 1992.
- ARAÚJO, C. L. R. (org.) **Projeto do Serviço de Atendimento Social de Rua.** Prefeitura Municipal de Vitória. Secretaria de Assistência Social. Vitória, 2007.
- BAPTISTA, L. A. **A cidade dos sábios: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades.** São Paulo: Summus, 1999.
- CASTEL, R. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- COIMBRA, C. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública.** – Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia Social de Rua: análise e sistematização de uma experiência vivida.** 5 ed. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.
- GREGORI, M. F. **Viração: experiências de meninos nas ruas.** – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GUATTARI, F. **Psicanálise e transversalidade: Ensaio de Análise Institucional.** Idéias & Letras editora, 1972.
- GUIMARÃES, A. P. **As Classes Perigosas: banditismo urbano e rural.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981. Biblioteca de Ciências Sociais; v. n. 11
- LAVRADOR, M. C. C. **Processos de exclusão e inclusão social** (in) ABDALLA, M. , BARROS, M. E. B. de. (orgs) **Mundo e sujeito: aspectos subjetivos da globalização.** São Paulo: Paulus, 2004.
- MATEUS, L. G. **Pivetes, delinqüentes e contadores de histórias: a fala não autorizada dos “vencidos”.** Dissertação de mestrado em Estudos da Subjetividade. UFF. Niterói. 2003.
- ROCHA, M. L. da; AGUIAR, K. F. de. **Pesquisa-Intervenção e a produção de novas análises.** Psicol.cienc.prof. v.23 n.4 Brasília dez. 2003
- SANTOS, M. A. C. dos. **Criança e Criminalidade no início do século.** (in) PRIORE, M. D. (org.) História das crianças no Brasil. 2ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2000.